

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Antônio Cruz/Agência Brasil



Ida de AGU para STF será decidida pelo Senado

Alcolumbre avalia que Messias conseguiu votos na oposição

Na avaliação do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), o advogado-geral da União, Jorge Messias, parece ter conseguido, na oposição, votos suficientes para ter seu nome aprovado para o Supremo Tribunal Federal.

A percepção de Alcolumbre foi por ele comunicada ao senador Carlos Portinho (PL-RJ), adversário ferrenho da aprovação de Messias — quer, de todo jeito, impor uma derrota ao governo.

Segundo Portinho, o presidente do Senado disse que ainda não havia recebido a indicação oficial por parte do governo: o documento estava parado havia quatro meses à espera de alguma garantia de aprovação de Messias.

Colheita

O senador fluminense diz ter dúvidas sobre a possibilidade de Messias ter conseguido virar votos da oposição. Afirmar que Alcolumbre não fez qualquer previsão sobre o resultado da votação.

Para Portinho, Messias deve estar contando com votos no plenário do Senado — ele precisa de 41 do total de 81. O problema, ressalta, é que, antes, o indicado tem que ser aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Carlos Moura/Agência Senado



Portinho: passar na comissão é mais difícil

CCJ no meio do caminho

Na avaliação de Portinho, líder do PL no Senado, o universo menor de senadores na CCJ — 27 — dificulta a tarefa do candidato do Planalto, já que haveria menos parlamentares dispostos a virar o voto.

Os integrantes da bancada do PL na comissão são muito alinhados com o bolsonarismo; o representante do Novo, Eduardo Girão (CE), vai na mesma linha.

Na CCJ e no plenário, os votos nesse tipo de avaliação são secretos — o que aumenta a esperança e o temor de quem está na berlinda.

Opção pela Câmara

Por falar no Portinho. Depois de ser escanteado em sua tentativa de conseguir vaga para disputar a reeleição para o Senado, ele pensou, pensou, pensou, e decidiu disputar uma cadeira na Câmara dos Deputados. Achou mais prudente não esperar uma definição do caso de Cláudio Castro (PL). Condenado pelo TSE, o governador ainda tentará ser candidato a senador.

Votos

Portinho tinha recebido uma proposta para integrar a campanha presidencial de Flávio Bolsonaro (PL) e ganhar um ministério no eventual governo. Achou melhor disputar a eleição: “É preciso ter voto, até para integrar um governo”, resume. Diz ter garantia de que será bem tratado pelo PL na campanha.

É pau, é pedra...

A Coluna Magnavita de ontem citou nuvens carregadas sobre cabeças de deputados. O peso ficou mais pesado: na Assembleia Legislativa do Rio há quem aposte que algumas de suas excelências não poderão votar, semana que vem, na escolha do novo presidente da Casa. Isto porque não dá pra votar da cadeia.

A lista

Os que devem ficar de fora da lista de votantes são os tiveram nomes e falcaturas citados em anotações do ex-presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar, que voltou a ser preso. Como diz um deputado gaiato, a exigência de ficha limpa desfalca até o colégio eleitoral da assembleia fluminense.

Dúvidas

A condenação de Cláudio Castro complicou a formação da chapa majoritária da direita, mas a situação para os lados da esquerda também anda indefinida. É certo que a deputada Benedita da Silva (PT) será candidata ao Senado, mas ainda não foi decidido quem ficará com a outra vaga — este ano, dois senadores serão eleitos por estado.

Disputa

O ex-prefeito Eduardo Paes (PSD), pré-candidato ao governo estadual, queria um nome mais à direita, na fronteira do bolsonarismo. Até o do deputado Marcelo Crivella (Republicanos) entrou no páreo. Mas o ex-deputado Alessandro Molon ainda não desistiu de pegar um atalho pela esquerda.

Campanha

A Associação Comercial do Rio entrou na campanha por eleição direta para a escolha de quem vai concluir o mandato de Cláudio Castro — uma espécie de diretas já-já. Para a ACRJ, a “reconstrução da governança do Estado exige a voz soberana da população”. No dia 8, o STF vai definir como será o pleito.



Esquema vitimou professores estaduais da Bahia

BRB já sabia dos problemas no Master

Caso remete a esquema revelado pelo Correio da Manhã

Por Beatriz Matos

O Banco de Brasília (BRB) aprofundou sua relação com o Banco Master em um momento em que já havia sinais concretos de risco envolvendo a instituição privada. Registros encaminhados ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado indicam que a aproximação ocorreu em meio a questionamentos sobre a qualidade dos ativos, fragilidade de liquidez e controvérsias regulatórias.

Parte desses ativos aparece ligada a um esquema que já havia sido revelado pelo Correio da Manhã: professores da rede estadual da Bahia identificaram empréstimos consignados em seus nomes sem autorização, sem liberação de valores e sem qualquer formalização contratual. As operações, inicialmente associadas à CredCesta, foram posteriormente incorporadas ao Banco Master e, mais adiante, passaram a constar nos sistemas oficiais tendo o BRB como credor.

O avanço das operações ocorreu no mesmo período em que o BRB passou a discutir a aquisição do Banco Master, movimento anunciado em março de 2025, mas que acabou não avançando após avaliação do Banco Central (BC). Antes mesmo da tentativa de compra, no entanto, já havia resistência dentro da própria estrutura do banco público.

Uma representação enviada ao TCU relata que, na mesma época, o Conselho de Administração do BRB aprovou a aquisição de R\$ 270 milhões em créditos do Master, apesar de alertas de conselheiros sobre o índice de liquidez da instituição, que estaria abaixo do mínimo previsto na política de risco.

Na ponta, os efeitos dessas operações aparecem nos relatos dos professores baianos e que foram revelados pelo Correio da Manhã. Os registros identificados no sistema do Banco Central seguiam um padrão: contratos próximos de R\$ 9,9 mil, classificados como “em dia”, mas inexistentes na prática.

Mesmo sem desconto em folha ou depósito em conta, os débitos eram suficientes para comprometer a margem consignável, reduzir o score de crédito e impedir novas operações financeiras.

As denúncias levantam dúvidas sobre o uso indevido de dados funcionais sensíveis, já que a contratação regular de empréstimos consignados exige autorização expressa e documentação formal, o que não aconteceu.

Sem uma comissão específica sobre o Banco Master, a CPI do Crime Organizado aprovou nesta terça-feira (31), a convocação de autoridades como o ex-governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha (MDB) e o ex-presidente do Banco Central Roberto Campos Neto.